

São Paulo, 26 de julho de 2017

Ao Ministério de Minas e Energia

REF.: Contribuições do Greenpeace Brasil para aprimoramento da proposta apresentada para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026

Em resposta à Consulta Pública nº 34 de 07/07/2017, referente ao processo número 48360.000007/2017-15, o Greenpeace Brasil apresenta aqui pontos para aprimoramento da proposta apresentada para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026.

Antes de dar início à análise de pontos específicos, gostaríamos de elogiar o fato do documento deste ano estar notavelmente melhor estruturado do que o de anos anteriores. Isso traz maior clareza sobre o que está em jogo, e contribui para o fortalecimento do debate.

Segue abaixo nosso posicionamento sobre os aspectos que, da nossa perspectiva, carecem de revisão:

1. Hidrelétricas

O documento não explicita quais grandes hidrelétricas são consideradas no cenário de expansão de referência, e traz poucos detalhes sobre pequenas centrais hidrelétricas. Contudo, são mencionadas cinco possíveis novas grandes hidrelétricas na região da Amazônia: Tabajara, Castanheira, Bem Querer, Porto Galeano e Tapajós. A usina de Tapajós em específico fica sugerida para depois de 2026, caso entraves socioambientais sejam superados.

Inúmeros estudos demonstram que, na realidade, é impossível superar entraves socioambientais de hidrelétricas na Amazônia - porque não há como construir qualquer hidrelétrica na região sem ir contra a preservação desse importante bioma e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais que lá habitam. Ademais, o impacto das mudanças climáticas no regime de chuvas, já visto como significativo e com potencial de se agravar significativamente nas próximas décadas, torna o investimento em hidrelétricas cada vez mais questionável.

Tendo isso em vista, não vemos como aceitável a construção de nenhuma hidrelétrica adicional na Amazônia, e o PDE 2026 deveria refletir isso. É plenamente possível cobrir a lacuna que seria deixada com uma maior expansão de outras fontes renováveis, como o Greenpeace mostra ser viável em seu estudo [Revolução Energética - Cenário Brasileiro 2016](#).

2. Carvão mineral

Vemos como positiva a indicação de que a capacidade instalada do carvão mineral é reduzida no decênio, o que não acontecia em PDEs anteriores, bem como o reconhecimento de que há grandes dificuldades de viabilizar essa fonte energética financeiramente. Contudo, o plano ainda aponta para a manutenção da sua existência no médio e longo prazo.

Considerando a pequena participação do carvão mineral na matriz energética brasileira, seu enorme impacto ambiental com emissão de poluentes e gases de efeito estufa (muito superior à sua participação na matriz), e a perspectiva de contínua queda de preços de alternativas renováveis, não faz sentido trabalhar para manter essa fonte na matriz. O PDE 2026 deveria apresentar um plano de transição para descontinuar seu uso na geração de eletricidade ainda na próxima década, como o Greenpeace mostra ser viável em seu estudo [Revolução Energética - Cenário Brasileiro 2016](#).

3. Energia nuclear

Usinas nucleares são objeto de grande controvérsia no Brasil e no mundo desde seu surgimento, dado o elevado risco que oferecem à segurança do meio ambiente e da população. Para além dos problemas inerentes à fonte, a usina de Angra 3 tem histórico problemático com sucessivos atrasos na obra e repetidas elevações no orçamento. Recentemente, [números do próprio governo](#) indicaram que seria mais barato descontinuar essa usina (R\$12 bilhões) do que concluir sua construção (R\$17 bilhões). Tanto pela perspectiva econômica, quanto pela perspectiva socioambiental, a decisão correta seria a de tirar Angra 3 e quaisquer planos de novas usinas nucleares do planejamento energético.

4. Energia eólica e energia solar

A capacidade instalada de energia eólica prevista para 2026 no cenário de expansão de referência, na casa dos 28GW, é excelente. Contudo, o número previsto para energia solar poderia ser maior: está na casa dos 10GW em 2026, e poderia chegar nos 15GW se contratados 1,5 GW por ano em leilões, uma meta plenamente exequível.

Especificamente sobre geração distribuída de energia solar, vale destacar que a Aneel traça um cenário mais favorável [em estudo recente](#), levantando o potencial de chegar a 3,2GW instalados até 2024, contra 3,3GW previstos no PDE para 2026 – números praticamente equivalentes, mas com uma distância de dois anos, indicando a possibilidade do PDE ser mais ambicioso.

5. Petróleo e gás

Como observado em anos anteriores, petróleo e gás seguem concentrando cerca de 70% dos investimentos previstos para o decênio, o que é absolutamente incompatível com os esforços de descarbonização que o país deveria apresentar - especialmente após a ratificação do Acordo de Paris. É urgente mudar esse quadro priorizando cada vez mais as novas energias renováveis, começando por suspender a abertura de novas fronteiras em áreas de alta relevância ambiental como a Bacia da Foz do Amazonas.

Agradecemos pela atenção, e nos colocamos à disposição para discutir os pontos acima em mais detalhes.

